

Sustos e realidade mexicana

Fritz Utzeri

NO ano passado, durante a renegociação da dívida brasileira, era comum ouvir-se dos negociadores brasileiros expressões de dúvida em relação ao México, um país que tinha "estragado o mercado", através de uma moratória. Muitos banqueiros entre os negociadores também faziam pouco caso dos mexicanos, ressaltando a facilidade com que o programa de ajustamento brasileiro tinha sido aceito.

A crise do México veio à tona no dia 23 de agosto do ano passado, quando o governo daquele país pediu e obteve uma moratória sobre todos os compromissos que venceriam nos 90 dias subsequentes. Na época, a crise brasileira ainda não tinha emergido (só o faria no mês seguinte), mas o México foi apenas o primeiro sinal de uma situação que já afetava quase toda a América Latina. No mês de novembro, o México negociou com os bancos uma extensão de sua moratória para 120 dias, ao mesmo tempo em que encaminhava negociações de longo prazo com os bancos e ia bater às portas do FMI.

Numa sexta-feira, dia 10 de dezembro, o Governo mexicano mandou um telex a cerca de 1 mil 400 bancos, pedindo o reescalonamento do principal da dívida que vence entre 23 de agosto de 82 e 31 de dezembro de 84, e pedindo ao mesmo tempo que os bancos fizessem um novo empréstimo ao país, de 5 bilhões de dólares. Faltavam apenas três semanas para o final do ano e os bancos estavam diante da perspectiva de refinanciar ou lançar tudo na coluna de prejuízos. O total que os mexicanos propunham *rolar*, por um prazo de oito anos, com cinco de carência, era de 20 bilhões de dólares.

Os mexicanos propunham-se a pagar juros de 1,75% sobre a *prime rate* americana ou 1,78% sobre a *libor* (na época a *prime* dos EUA era de 11,5%, enquanto a *libor* estava em 9,75%). Os banqueiros formaram um comitê de assessoria, com 13 bancos (exatamente como o Brasil acabou fazendo sete meses mais tarde).

Além disso, os mexicanos não garantiam pagamento dos atrasados e juros devidos desde agosto de 82; ao mesmo tempo, o México centralizou o câmbio. As companhias mexicanas com débitos no exterior depositariam em pesos no Banco Central a quantia equivalente à sua dívida em dólar e esse dinheiro se transformaria em Obrigações do Governo mexicano com um juro de 8,7% sobre a *prime*.

Cinco dias depois de a proposta mexicana ter sido colocada sobre a mesa, mais de mil bancos já haviam respondido favoravelmente. O empréstimo *jumbo* de 5 bilhões foi acertado para ser pago em quatro parcelas ao longo de 83, e com seis anos de prazo e três de carência.

Com o acordo entre o México e os banqueiros, o FMI aprovou, no dia 23 de dezembro, um empréstimo de 3,96 bilhões de dólares, a serem desembolsados em três anos, com seis anos para pagar e três de carência. Em troca, o México comprometia-se a manter o crescimento bruto de sua dívida em 83 em 5 bilhões de dólares. Além disso, deveria abandonar a política de subsídios e controle de preços, reforçar impostos e juros, cortar salários e reduzir o déficit público até o final deste ano para 8,5% (no ano passado, era de 16,5%). A inflação teria que descer de 116% no ano

passado para 55% no final deste ano. As medidas de austeridade, começando pelo setor público, deverão vigorar até 1985.

Na época, todos se preocupavam com a possível instabilidade política que poderia advir dessas medidas. Lopez Portillo, antecessor do atual Presidente, Miguel De La Madrid, chegou a nacionalizar os bancos, responsabilizando-os pela situação, mas, a partir de dezembro, quando De La Madrid assumiu, as coisas mudaram drasticamente. Logo ao colocar a faixa presidencial, ele desvalorizou o peso e começou a conter radicalmente os gastos públicos, liquidando subsídios e alienando estatais. A consequência mais sentida foi uma recessão quase imediata. O PNB do México deverá contrair-se 5% neste ano. A produção industrial, como um todo, caiu 11% — a indústria automobilística viu sua capacidade produtiva reduzida à metade, e foram produzidos 11,5% de aço e ferro e 20% de eletrodomésticos a menos que em igual período do ano anterior.

Ao nível individual, isso acrescentou mais 1,6 milhão ao exército de 10 milhões de desempregados ou subempregados, num país onde a força de trabalho é de 30

"O PNB do México deverá contrair-se 5% neste ano. A produção industrial, como um todo, caiu 11%. Ao nível individual, isso acrescentou mais 1,6 milhão ao exército de 10 milhões de desempregados..."

milhões de pessoas, motivando fortes protestos de políticos e dos sindicatos, geralmente controlados pelo Governo. Para os mexicanos não foi e não está sendo fácil, principalmente porque lá os sacrifícios atingem duramente uma população já muito castigada.

Dois terços dos mexicanos vivem em favelas ou comunidades pobres no campo. Cinco em cada 10 mexicanos nunca tomaram leite; quatro em cada 10 não comem carne, ovos ou pão. Sua dieta é basicamente à base de *tortilla* e feijão e, ironicamente (ou reveladoramente), a *coca-cola* e outros refrigerantes são subsidiados porque o açúcar que contém é considerado "nutritivo".

Comércio vazio, ruas cheias de camelôs, a crise trazia (e traz) receios. Mas no México, um partido virtualmente único, o PRI (Partido Revolucionário Institucional) controla a vida do país desde 1910. Herdeiro de uma tradição que vem de uma revolução com profundas raízes populares, cuja memória é forte no México, o PRI abrange todo tipo de tendências políticas e não hesita em recorrer a remédios que variam do populismo ao massacre, para manter o seu controle.

A agudeza da crise da população do México pode ser medida por um dado simples. Como o país faz fronteira com os EUA, o excedente não absorvido de sua força de trabalho acaba, em muitos casos, atravessando o Rio Grande em busca de melhores condições de vida ao Norte. Depois da desvalorização do peso, um operário mexi-

cano, mesmo trabalhando clandestino nos EUA, pode ganhar seis vezes mais do que no México. Só em janeiro deste ano, exatos 83 mil 811 mexicanos foram presos ao tentarem entrar ilegalmente na América, um total de 46% superior ao registrado em janeiro de 82.

Os próprios guardas de fronteira estimam que, para cada mexicano que pegam, dois conseguem entrar. Assim, neste ano, dois milhões de *ilegales* deverão fixar-se nos EUA; abandonando o México, incapaz de criar os 850 mil novos empregos que precisaria gerar todos os anos, só para atender ao crescimento de sua população. Os trabalhadores clandestinos, por outro lado, representam uma válvula de escape importante para a economia mexicana, pois estima-se que eles remetam dos EUA, para os parentes que ficaram no México, cerca de 3 bilhões de dólares todos os anos.

POUCO mais de um ano depois do auge da crise, de muitos sustos e de situações como as das subsidiárias das multinacionais, ainda preocupadas com o controle cambial — na verdade, no México existem três sistemas de câmbio — o México — segundo o coordenador de sua renegociação, o banqueiro William Rhodes — começa a dar sinais positivos. As parcelas do FMI e dos bancos têm sido pagas e o país tem cumprido seus compromissos, mas — ao contrário do Brasil — o México tem em seu subsolo 70 bilhões de barris de petróleo, ou seja, uma garantia de pelo menos 210 bilhões de dólares, além de não correr o risco de parar no caso de uma moratória.

Tanto o México como o Brasil comprometeram-se e superaram metas inicialmente estabelecidas de obter superávit nas balanças comerciais. Em ambos os casos, esse resultado foi obtido à custa de pesados cortes de importações, levando grande parte da capacidade industrial de ambos os países à ociosidade. No caso do México, esse dado consta da *Business America*, do Governo dos EUA, que mostra que as exportações americanas para o México caíram de 17,4 bilhões de dólares em 81 para 11 bilhões no ano passado.

Além disso, em 81, o saldo da balança comercial era favorável aos americanos em 3,6 bilhões de dólares. No ano passado, os mexicanos exportaram 4,5 bilhões a mais do que compraram nos EUA e, só nos primeiros seis meses este ano, o superávit mexicano com os EUA foi de 4 bilhões de dólares. No mesmo período o superávit brasileiro em seu comércio com os EUA foi de 966 milhões de dólares.

Assim, em lugar de atingir 7,4 bilhões de dólares de superávit, os mexicanos deverão fechar o ano com mais de 12 bilhões de dólares de lucro em sua balança comercial. A inflação no mês de agosto foi de 3,9% — um índice ainda alto, mas bem abaixo dos 10% em média, registrado até janeiro. A inflação deste ano deverá ficar em torno de 75%, segundo a publicação *The sound of the economy*, do Citibank (outras estimativas aproximam a inflação de 90%). De qualquer forma, até o final do ano — se não houver surpresas — o México poderá estar próximo da meta de 55% de inflação projetada.

Todas as medidas de austeridade conseguiram reduzir o déficit público para 8,5% do PNB e, hoje em dia, os banqueiros em Nova Iorque parecem muito satisfeitos com o desenvolvimento do quadro

mexicano. Afinal, os trabalhadores reclamaram mas parecem ter-se conformado com cortes substanciais em seus salários (ou simplesmente se mudaram para os EUA). "O manejo político da crise tem sido excelente", declarou recentemente à revista *Businessweek*, Antonio Villani, economista chefe de um dos bancos americanos com interesses no México. Aliás, os americanos têm mais dinheiro investido no México do que no Brasil. Todos os bancos americanos têm 25 bilhões de dólares aplicados no México contra 19 bilhões (antes da atual renegociação), no Brasil.

Embora a maior parte dos banqueiros ache que o pior já passou, os mexicanos ainda têm muito *ajustamento* pela frente. Uma nova desvalorização do peso é esperada até o final do ano e os banqueiros gostariam de ver mais um ano de aperto, antes de voltarem a soltar os cordões da Bolsa. O problema é que o México está no limite de seu fôlego e o Governo terá que aliviar algumas das medidas draconianas para reduzir as importações, para comprar matérias-primas vitais destinadas a manter

ativo o parque industrial mexicano. O problema é que o afrouxamento desses controles ameaça comprometer os resultados já obtidos, mas a recessão continuada pode ameaçar a estabilidade até mesmo do PRI.

Um crescimento ainda pequeno da economia mexicana é previsto para o próximo ano, algo em torno de 2%, e só nos próximos cinco anos espera-se que o país volte a crescer nas médias de 7% a 8% ao ano da década de 70. Por enquanto, os empresários, principalmente os estrangeiros, estão confiantes. Empresas como a *Dow Chemical* e a *Xerox* estão investindo em novas fábricas, mas, no geral, o quadro está ainda distante do existente quando o México vivia sua fase do "milagre do petróleo". Os investimentos diretos de capital estrangeiro no México caíram este ano para 400 milhões de dólares, menos da metade do um bilhão de dólares investidos em 81, o último antes da crise.

Fritz Utzeri é correspondente do JORNAL DO BRASIL em Nova Iorque.

